AUTO-SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO PERIFÉRICO ENTRE RECIFE E OLINDA¹

Maria Geane Bezerra da Silva² Jan Bitoun³

Resumo

Este artigo enfoca a desigualdade indicadora do processo de segregação que teve uma história longa no espaço periférico entre Recife e Olinda. Com as grandes intervenções, a partir da década de 1970, incluindo a abertura de avenidas e construção de vias expressas, o território foi equipado para servir de substrato à implantação dos empreendimentos ligados ao processo de mundialização e reestruturação das economias urbanas, quando uma nova ordem espacial se estabelece de fato. A consolidação dos grandes empreendimentos lançados aponta, nessa ocasião, para a valorização da área e dos futuros lançamentos imobiliários empresariais mudando o estigma periférico e introduzindo a auto-segregação.

Palavras-chaves: Modernizações. Grandes empreendimentos. Desigualdade. Segregação. Auto-segregação

Abstract

This article focuses the indicative inequality of the segregation process that had a long history in the outlying space between Recife and Olinda. With the great interventions, starting from the decade of 1970, including the opening of avenues and construction of expressed roads, the territory was equipped to serve from substratum to the implantation of the linked enterprises to the globalization process and restructuring of the urban savings, when a new space order settles down in fact. The consolidation of the great thrown enterprises appears, on that

¹ Parte integrante da dissertação de mestrado Grandes Empreendimentos: As Modernizações e a Reconfiguração Territorial Promovida entre os Centros Urbanos de Recife e Olinda, orientada pelo Prof^o Jan Bitoun, em 2000.

² Doutoranda de Geografia da UFPE.

³ Professor adjunto de Geografia da UFPE.

occasion, for the valorization of the area and of the futures business real estate releases changing the outlying stigma and introducing the solemnity-segregation.

Keywords: Modernizations. Great enterprises. Inequality. Segregation. Solemnity-segregation.

Fragmentação e Auto - Segregação

A teoria social crítica recente, busca na reestruturação dos sistemas produtivos introduzida pelas inovações tecnológicas e nos determinismos da economia globalizada o fundamento para explicar a dualização social/fragmentação espacial que conforma hoje o ambiente construído urbano.

Expressões com cidade dual, cidade partida, espaço fragmentado, espaço da exclusão e dos enclaves fortificados tentam definir as estruturas físicas e estéticas presentes na reconfiguração territorial. Esta revelaria as diferenças entre ricos e pobres, incluídos e excluídos.

Os estudos sobre a globalização das economias urbanas têm apontado como referência a tese de Sassen (MALDONADO, 2000) e o seu pressuposto. "A atual tendência à polarização da estrutura social" (LAGO, 2000).

Para aqueles que defendem o paradigma da pós-industrialização, as alterações no mercado de trabalho geradas pela crise do regime fordista o dividiriam em dois segmentos: um altamente qualificado e bem remunerado, concentrado em um pólo detentor do capital, da informação e da formação, enquanto a outra extremidade agruparia os empregados pouco qualificados e mal pagos e os excluídos do sistema produtivo hegemônico e das relações de sociabilidade vigentes.

Os processos de dualidade da estrutura social provocariam impactos tais que os espaços seriam apropriados com exclusividade pelas funções ligadas ao consumo e à moradia de luxo ao lado de outros restritos à pobreza. Estaríamos diante de uma "nova ordem espacial cuja característica seria a dualização das estruturas urbanas". (LAGO, 2000, p. 66).

Mas em que padrão ou escala se daria essa dualização? Estudos recentes sobre desigualdades nas metrópoles brasileiras apontam para a manutenção da estrutura dual (Lago, 2000), entre o centro e a periferia, na metrópole do Rio de

Janeiro, e para a estrutura não-dual (Taschner e Bógus, 2000), na estruturação de São Paulo. Os dois diagnósticos, porém, indicam que uma nova escala espacial de segregação começa a se formar em espaços que se dividem entre pobres e ricos que vivem práticas exclusivistas de apropriação e uso do território sem que sejam permeados pelos setores sociais médios.

Trata-se da constatação de que o modelo de segregação clássico núcleoperiferia, consolidado nas metrópoles brasileiras até pelo menos a década de
1970, vem se mantendo na escala macro, mas apresenta fraturas quando
examinado na escala micro. "As macrodiferenças que caracterizavam o território
da cidade fordista, por exemplo, núcleo x periferia, são substituídas por micros e
contrastantes diferenças que estão em todas as partes transformando-o em
espaço fractal, isto é, em que as desigualdades e as diferenças estão
reproduzidas em todo território da cidade". (RIBEIRO, 2000), p. 68).

Importa destacar que nesse padrão de segregação que vem se desenhando as desigualdades são alocadas em espaços contíguos, muito próximos, mas nem por isso conexos ou menos extremados e agressivos. De fato, a segregação parece prescindir do distanciamento territorial, provoca solução de continuidade no espaço e organiza ali mesmo o seu pedaço de cidade. Através de obstáculos "simbólicos, institucionais e físicos" (RIBEIRO, 2000, P. 17), cria o seu sistema de defesa liberto dos intrusos. Garante, assim, a preservação do capital, do imóvel e do poder longe do ataque dos "perigosos".

Os espaços considerados perigosos, por sua vez, também se fecham. Estigmatizados e tratados como homogêneos difundem o medo. As lideranças comunitárias regulam até certo ponto o acesso à circulação enquanto as organizações criminosas servem-se desses enclaves de pobreza como refúgio dado que a "estrutura espacial labiríntica" e densa (SOUZA, 1996), desfavorece as incursões da polícia.

Essas observações teóricas e empíricas nos remetem a indagar não mais acerca do padrão ou escala da segregação em processo de consolidação nas grandes cidades brasileiras, mas sobre uma das facetas da sua expressão: a auto segregação segundo atividades. Em que medida a dualização da estrutura

43

⁴ " P. Marcuse e R. Van Kempen (1989;1997), baseados na análise de Nova York, propõem o conceito de *quartered city* para descrever e explicar os tipos de espaços gerados pela globalização e pela reestruturação (...)". (RIBEIRO, 2000, p. 68).

socioespacial entre Recife e Olinda seria o resultado da financeirização da economia e de uma nova articulação de interesses em meio à crise econômica com o estímulo crescente às iniciativas de Mercado? Não tencionamos responder aqui à pergunta na íntegra, somente queremos debater um pouco sobre essas idéias dadas a sua pertinência e atualidade.

Segregação Urbana: A Lógica de Atuação da Atividade Construtiva e o Grau de Atratividade das Cidades

Segundo Lago (2000), autores como Castells. Fainstein, Gordon e Preteceille, dentre outros, contestam a tese da dualização das estruturas urbanas, dado o hiato causado pela ausência da incorporação nessas análises das gradações presentes entre as divisões socioespaciais, bem como das relações entre elas. Essas críticas, no entanto não negam a tendência à polarização da estrutura social.

Considerando a tendência bimodal da estrutura social, diversos autores atribuem à atuação do setor imobiliário o mecanismo capaz de selecionar a distribuição dos grupos sociais introduzindo a diferenciação⁵ na ocupação do território.

Observam, ainda, os estudos que na última década a reestruturação do espaço urbano se deveu à mudança de estratégia da produção imobiliária. Com a falência do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), os megaincorporadores que haviam se apossado de boa parte do mercado imobiliário suprido até então pelo pequeno incorporador, refluem a sua participação. Os micro e pequenos agentes, por sua vez, ampliam a sua participação relativa. Supõe, porém, Cardoso (2000), que o confisco monetário do governo Collor atingiu os recursos patrimoniais dessa classe impossibilitando a manutenção do ritmo das suas atividades em toda década de 1990. A grande empresa imobiliária passa nessa ocasião a atuar

diferenciação". (Ibdem, p.68)

⁵ " A síntese de Mollenkopf e Castells (1991) da pesquisa coletiva realizada também sobre Nova York formula o conceito de *dual city* para dar conta da característica central da cidade pósindustrial: a coexistência de duas lógicas de organização do seu território, segregaão e

mesclando a periferia com inovações residenciais, destinadas aos que dispõem de recursos próprios para bancar grande parcela dos custos de produção.⁶

Por outro lado, a financeirização da economia tem efeito direto sobre a movimentação do setor urbano/imobiliário. Tanto a produção de escritórios caros destinados ao funcionamento das atividades da reestruturação como o surgimento de um novo circuito financeiro, os fundos de pensão que sustentam a propagação dos Shopping Centers propiciarão a mudança atual na atuação do setor imobiliário empresarial. A lógica estrutural dos condomínios fechados servirá de base para ampliação desses empreendimentos comerciais. A diferença de função não altera as práticas de impedimento da livre circulação, usadas indistintamente por aqueles que podem impor segregação a outrem, além do que construções como essas são por natureza mobilizadoras de espaço. Congregam áreas de lazer, esporte, estacionamentos e equipamentos culturais em condomínios de luxo, comerciais e/ou residenciais para atender às exigências das camadas médias em ascensão beneficiadas pela participação nas novas atividades.

Para aqueles que estão fora das expectativas de inserção formal no mercado de trabalho, os quais não são contemplados com políticas de mobilidade social ascendente restam os espaços confinados como locus de periferização e exclusão. Como não existem como consumidores não são tratados como cidadãos. Fazem parte de um mundo rompido com os padrões sociais absorvidos pela classe dos incluídos sendo intoleráveis pela sua miséria.

Por outro lado, o afluxo de capital para o setor imobiliário depende da sua competência em aumentar o grau de atratividade da cidade em relação aos investimentos externos. O equacionamento dos problemas de infra-estrutura, transportes, segurança, saúde e defesa ambiental, dentre outros, bem como a sua oferta satisfatória é exigida do governo já que representa condição das decisões de investimento nos locais, é o que nos dizem Araújo e Guimarães Neto. Assim, os governos associam-se à cidade competitiva, ou seja, àquelas frações sociais, profissionais, financeiras e espaciais aptas a integrarem as redes de economia do mundo. Os espaços são reestruturados para atender a essa nova

⁶ " Neste sentido, observamos a volta, de maneira expressiva, do sistema de incorporação fundado no preço de custo e no preço fechado, segundo o qual o incorporador reúne um grupo de compradores e passa a trabalhar sob encomenda." (Lago e Ribeiro, 1996, apud LAGO 2000,

articulação de interesses dos atores da regulação econômica. Na prática, espaços são antecipados e se projetam enquanto outros são degradados e perdem função. O mesmo ocorre com os objetos. "Um novo modelo de diferenciação socioespacial nas grandes cidades, marcado pela segregação excludente e mesmo pelos enclaves, é o resultado dessa nova racionalidade subjacente nos grandes empreendimentos urbanos/imobiliários". (LAGO 2000, p. 28).

A peculiaridade da periferia interurbana objeto do nosso estudo está ligada à introdução de um processo de modernização do mercado imobiliário com a chegada de grandes empreendimentos abrindo a fronteira de expansão do capital desse setor e de atividades econômicas que tendem a acompanhar o processo de enobrecimento de determinadas áreas urbanas. Esse processo, denominado na literatura de 'gentrificação' tem se referido à renovação residencial em áreas degradadas do centro e em periferias brasileiras onde se implantou o padrão capitalista empresarial de construção imobiliária que se consolidou com a instituição do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) na década de 1960 e se propagou através dos condomínios fechados, horizontais e verticais já na década de 1980. O sucesso desses empreendimentos se explica de um lado, pela capacidade do setor em inovar em áreas cujo preço da terra é baixo, o que representa garantia de sobrelucro para os incorporadores e em oferecer sistema de segurança aos consumidores. Por outro lado, há garantia de demanda solvável tendo em vista que o empobrecimento da classe média e a ausência de financiamento de longo prazo, além da distinção artificial assegurada, motivam a atração por essas áreas. Esse processo de modernização das periferias incorpora também o setor construtivo comercial: sabemos que uma das mercadorias mais vendidas no mercado da segurança é exatamente o empreendimento shopping center.

Na nossa área de estudo, especificamente no entorno aos grandes empreendimentos, o processo de 'gentrificação' que se deu, segundo atividades, tende a prosseguir associando atividades terciárias à produção residencial para as classes médias. A síntese das idéias para intervenção na Vila Naval contempla

-

⁷ Nesse período grandes empresas incorporadoras tomaram posse de parte considerável do mercado imobiliário, antes manipulado pelo pequeno incorporador. A diferenciação do setor construtivo passa então a induzir a diferenciação socioespacial demarcando áreas, criando submercados distintos, agindo, por assim dizer, sobre as especificidades das classes sociais. (LAGO, 2000).

dizer, sobre as especificidades das classes sociais. (LAGO, 2000).

esse novo modelo de diferenciação socioespacial que, de acordo com Lago (2000, p. 28), "... não deve ser entendido apenas como um conjunto de projetos de reabilitação residencial em áreas degradadas direcionados para as novas camadas médias, mas como uma faceta da reestruturação econômica, social e espacial em curso".

O Plano de Renovação Urbana da Vila Naval, ainda não foi concretizado, mas apresenta a possibilidade de sê-lo. Segundo Meliujin, citado por Santos, 'possibilidade representa uma tendência real, oculta nos objetos e fenômenos que caracteriza as diversas direções no desenvolvimento do sistema'. (Meliujin, 1963, apud Santos 1997, p. 99). Ora, a reestruturação espacial da Vila Naval é uma possibilidade real, dependente apenas da adaptação das conjunturas. Estas vêm sendo trabalhadas e, ao que tudo indica, encontram-se abertas ao fenômeno.

As idéias constantes desse plano que abrange toda área onde está assentada a Vila incluem usos residenciais e "usos compatíveis com o Shopping Center Tacaruna", (diríamos que, com as atividades da reestruturação), como centros empresariais, flats e comércio especializado.

A Vila Naval que, ao trancar seus portões, transformou-se numa cidadela medieval, agora terá sua auto-segregação ampliada aos que podem consumir segurança, amenidades e comércio de luxo. O próprio cais Dona Sinhá Menezes que sempre foi restrito aos membros da marinha será utilizado apenas para o transporte privado, conforme o Plano. Os muros, guaritas e sistemas higt-tech de segurança se encarregarão do resto, inclusive de aniquilar, em longo prazo, o preconceito da classe média contra aquele espaço.

Numa outra etapa possivelmente haverá renovação urbana em direção a Campo Grande, Torreão e Hipódromo, apesar da própria estrutura fundiária não permitir grande desenvoltura imediata das grandes empresas. As pequenas parcelas que formam a área denominada de Zona Residencial Cinco (ZR5) onde estão localizados esses bairros inviabilizaram a mesma escala produtiva. Se a expansão se confirmar para essas áreas, será fruto de remembramentos.

Tudo indica que a lógica de estruturação da atividade construtiva nesse espaço absorve práticas que visam à superação das limitações de natureza física, socioeconômicas e culturais criando condições de sobrelucro e atraindo capitais. As grandes glebas, resultantes de remembramentos e desapropriação, por exemplo, permitem que os grandes empreendimentos lançados parceladamente

no espaço funcionem como pontos de partida da evolução produtiva, adaptando as circunstâncias para que, consolidados, valorizem os futuros lançamentos.

Atividades de Comércio e de Serviços Modernos como Fator de Auto-Segregação

Nossa preocupação aqui se prende à necessidade de entender, ainda que parcialmente, os efeitos que podem ter a dinâmica socioeconômica provocada pela reestruturação e pela globalização sobre o arranjo territorial urbano, tomando como referência espacial de análise um retalho da Região Metropolitana do Recife – o espaço interurbano entre Recife e Olinda.

A crise em que o Brasil mergulhou na década de 1980 trouxe conseqüências desastrosas para a dinâmica social. A queda nos índices de crescimento; sucessivas fases de recessão; ampliação das disparidades de renda; fracasso dos planos econômicos que visavam a conter a inflação acelerada; expansão do subemprego, do desemprego e da pobreza, com o conseqüente aumento da criminalidade, fazem os estudiosos classificarem os anos 80 como a "década perdida".

As mudanças oriundas desse período foram explicadas pelas transformações macroestruturais da economia. De acordo com Lago (2000), o deslocamento da economia para o setor exportador associado à financeirização da economia repercutiram especialmente nas metrópoles. É que, segundo Cardoso (2000, p.319), [...] "algumas delas tornaram-se base para articulação e organização espacial de produtos e mercados".

A política de ajuste estrutural dos anos 90, orientada pelo Fundo Monetário Internacional, que foi bem sucedida no controle da inflação, aprofundou a exclusão social que já vinha se acumulando. Nesse contexto, a ação reguladora do Estado seria o mínimo a se esperar no enfrentamento dos impactos sócio-espaciais da globalização e da reestruturação. Como isto não se fez, as decisões dos grandes atores globais tenderam a prevalecer, inclusive porque a política não acompanha a celeridade dos mecanismos estratégicos da economia. Segundo Fiori (2000), os mecanismos capazes de impor essas transformações mundiais não se restringem a ação do mercado. [...] "o dólar no topo da pirâmide das moedas", tornou [...] "a política monetária norte-americana no principal

mecanismo de regulação do novo modo de acumulação financeirizado mundial". (FIORI, 2000, p. 508).

O estado de Pernambuco tentou em diversos períodos acompanhar a ordem internacional. Atualmente, tenta se inserir na ordem mundial dadas as iniciativas por parte dos governos municipal e estadual em parceria com grandes atores globais e locais com o objetivo de aprofundar a dinâmica cultural da cidade, principalmente em relação às atividades turísticas, de consumo, de lazer e de segurança as quais são vetores atuais da economia.

Com a implantação dos empreendimentos que servem ao comércio moderno e com a infra-estrutura de transportes a área entre Recife e Olinda reconfigurou-se inteiramente. O primeiro impacto veio com o Centro de Convenções, Feiras e Exposições de Pernambuco, na década de 1980. Na década seguinte dividiu o seu terreno com o Playcenter ligando-se, juntamente com este por passarelas, ao parque Memorial Arcoverde. Exatamente em 1997 dá-se a implantação do Shopping Center Tacaruna. Ao surgimento de empreendimentos com estes, em Santiago do Chile, Mattos (2000), se referiu denominando-os de "artefatos da globalização".

Os grandes empreendimentos implantados entre Recife e Olinda são marcos urbanos relevantes, à medida que representam peças-chave na reestruturação do espaço metropolitano e na revalorização do papel do Recife como metrópole regional perante outras metrópoles concorrentes na dimensão global da rede de cidades. De fato, esse espaço periférico parece sintonizar-se com a lógica que acompanha as práticas globais apresentando-se como espaço competitivo atingido pelas suas ações.

Vários fatores viabilizaram implantação dos locais а arandes empreendimentos. Dentre os mais fortes está sem dúvida a sua localização já que eles ocupam grande parte da área onde Recife e Olinda se encontram, entre a Avenida Agamenon Magalhães, um dos mais importantes eixos viários da cidade do Recife, praticamente ligando a zona Sul à cidade de Olinda, e a Avenida Cruz Cabugá, que dá acesso direto ao Shopping, margeando o seu terreno. Neste local, de acordo com os estudos de viabilidade do Shopping, circulam cerca de um milhão de pessoas por mês, um potencial de consumo da ordem de US\$ 225 milhões de faturamento.

Todos esses empreendimentos se apresentam como enclaves em relação às populações à margem da Avenida Agamenon Magalhães. Estas populações concentram-se em quatro assentamentos populares, os quais, à exceção da ilha de Chié, são Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. As ilhas de Santo Amaro e de Santa Terezinha situam-se à Leste, e as ilhas de Joaneiro e Chie, à Oeste da referida avenida. As comunidades dos quatro assentamentos são bastante organizadas, com associações de moradores bastante ativas.

A segregação como lógica de estruturação daquele espaço tende a formar ilhas socioeconômicas. Aliás, a palavra ilha é uma constante na historia do lugar precedendo o nome dos assentamentos, como vimos. Está no imaginário da população constituindo-se em um dos seus símbolos. Hoje, os conflitos entre essas ilhas, abertamente, nem sequer ocorrem. A apropriação gradativa do território pelos empreendedores, promotores imobiliários e pelo próprio Poder Público, atuando em conjunto com esses agentes, tem imprensado a população e praticamente ignorado as suas aspirações. A estrutura básica de promoção social carece de políticas. Há baixíssima oferta de trabalho destinada aos pobres do entorno por parte das grandes empresas; nenhum projeto institucional de saúde e educação mais abrangente para os moradores dos assentamentos é viabilizado, além da quase natural exclusão da participação nos bens e serviços oferecidos, dado o baixo nível de renda da população.

Perspectivas: Possibilidades e Limites da Elitização do Espaço

A análise das fotos aéreas, no tocante à tomada de espaço por estacionamentos e pelo sistema viário contribui com a análise das desigualdades e segregação no espaço. Enquanto áreas enormes são devoradas pelos estacionamentos e pelos grandes empreendimentos, observamos o quanto os espaços de circulação são reduzidos dentro dos assentamentos populares. Sobre esse assunto, Mumford (1982), referindo-se a construções industriais, sugere à administração pública a imposição de taxas diferenciais para favorecimento de construções elevadas. Segundo esse autor, o desperdício de espaço jamais pode ser considerado uma economia pública.

A lição da configuração territorial expressa as práticas de conquista do espaço que não se dão tanto pela segregação residencial. A auto-segregação do espaço,

em justaposição, se dá segundo atividades. No passado havia mais relacionamento. Muitos dos moradores das antigas palafitas e dos mocambos eram absorvidos pela fábrica da Tacaruna como mão-de-obra barata. Atualmente os equipamentos são totalmente desarticulados das relações de sociabilidade entre pontos contínuos. Absorvem muito poucos, apenas nos serviços de limpeza. Na área de circulação dentro do Shopping são desclassificados até para vender sorvete e pipoca, coisa que sabem fazer como ninguém nas ruas. Vemos que apenas grandes empresas de comércio e serviços modernos dominam o espaço. A oligopolização da economia urbana é uma das causas da pobreza, aponta ARAÚJO (2000).

Observamos que um processo de elitização do espaço vem se desenhando associado à modernização do mercado imobiliário. Esse processo denominado na literatura de 'gentrificação' tem se referido à renovação residencial em áreas degradadas dos centros das grandes cidades e em periferias brasileiras. Porém na área periférica situada entre Recife e Olinda, o processo de gentrficação se dá segundo atividades denotando um tratamento que efetivamente rompe com o estigma periférico. Trata-se de um estágio em que os grandes empreendimentos lançados trabalham pela valorização da área e, conseqüentemente, dos futuros lançamentos imobiliários, utilizando-se da lógica da segregação como mecanismo capaz de restringir a estigmatização aos espaços ocupados pela população pobre. Os novos equipamentos de consumo, com o Shopping Tacaruna, o Playcenter, etc. confirmam a capacidade do setor imobiliário em "inovar" em áreas cujo preço do solo é baixo. A reestruturação econômica, social e espacial, em curso, se expande através da atuação desse setor, apto em apropriar-se de espaços bem servidos e bem localizados.

Os dados levantados confirmam que a falta de políticas públicas, associada às intervenções, e ocupação histórica dos mais abastados em terraços enxutos, deixando aos pobres as sobras e os alagados para ocupação espontânea, diferenciam o espaço. Entre as diversas feições da pobreza sobressaem-se apenas quatro ilhas de camadas sociais médias demonstrando certo contraste: a Vila Naval e o bairro de Torreão, no Recife, e parte da Cidade Alta e Avenida Sigismundo Gonçalves, em Olinda. Porém o peso maior da estrutura dual se verifica pela distância que separa espaços contíguos, enquanto expressão da reestruturação dos sistemas produtivos. De um lado as atividades vitoriosas da

globalização e da financeirização da economia e, do outro, aqueles que estão fora das expectativas de inserção formal no mercado de trabalho. Porém ali, a pobreza sempre existiu, foram os mecanismos de exclusão que se multiplicaram. Nesse sentido algumas questões ficam em aberto. Muito ainda haveremos de estudar tentando inter-relacionar os aspectos formais e informais que caracterizam o ambiente construído dando continuidade à compreensão dos processos de urbanização dos espaços brasileiros.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaios Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Mudanças. Rio de Janeiro. Revan/Fase, 2000.

BERMAN, Marschall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. 15^a reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BORJA, Jordi. As Cidades e o Planejamento Estratégico: Uma Reflexão Européia e Latino-Americana. In: Gestão Contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: Cidade, Povo e Nação. Org. Luiz César de Queiroz Ribeiro e Roberto Pechman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

______, Mercado imobiliário e segregação: a cidade do Rio de Janeiro. In: O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Org. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000.

COELHO, Teixeira. Moderno Pós Moderno. São Paulo: Ed. Iluminaras, 1995.

FIORI, José Luís. Acumulação Global e Ingovernabilidade Local. In: O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Org. Luiz César de Queiroz Ribeiro, Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000.

GAETA, Antônio Carlos. Gerenciamento dos Shopping Centers e Transformação do Espaço Urbano. In: Shopping Centers: Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras. Org. Silvana Maria Pintaud e Heitor Frígoli Jr. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1992.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Pauo: ed. Loyola, 1992

INNERALITY, Daniel. A filosofia como uma das Belas Artes. Lisboa: Teorema, 1996.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de Crise. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

LOPES, Andiara Valentina de Freitas e. Operação Urbana da Vila da Marinha Bairro de Santo Amaro – Recife – Pernambuco. Recife. Tabalho de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFPE, 1995.

MALDONADO, jesús Leal. Economia, Emprego e Desigualdade Social em Madri. In: O Futuro das Metrópoles: desigualdade e governabilidade. Org. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000.

MATTOS, Carlos A. de. Globalização e Metropolização: Santiago, uma história de mudança e continuidade. In: O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Org. Luiz César de Queiroz Ribeiro, Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000.

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PECHMAN, Robert Moses. O Urbano fora do lugar? Tranferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: Cidade, Povo e Nação. Org. Luiz Cézar de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Transferências, empréstimos e Traduções na Formação do Urbanismo no Brasil. In: Cidade, Povo e Nação. Org. Luiz Cézar de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da Metrópole do
Rio de Janeiro. In: O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Org.
Luiz César de Queiroz Ribeiro, Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço Técnica e Tempo Razão e Emoção. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.